# ANEXO Nº 06

# LEGISLAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

SIPLAG – SISTEMA DE INTELIGÊNCIA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO



#### Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão - SIPLAG

Data: 12/08/2024 Hora: 14:50:16 Página:

#### Relatório Legislação e Atribuição por Unidade Orçamentária

UO: 03610 Exercício: 2025

#### UO: 03610 Fundo Especial do Tribunal de Justiça

# PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES =>

Dotar as unidades do Poder Judiciário de infraestrutura física e funcional, com aquisição de material, construção, reforma e segurança das edificações, bem como, prover a modernização contínua dos equipamentos e sistemas de tecnológia da informação, e a capacitação e qualificação do quadro de pessoal, como instrumento de valorização dos recursos humanos, visando garantir a qualidade e a eficiência da prestação dos serviços jurisdicionais.

# LEGISLAÇÃO =>

Lei Estadual 3.217 - 27/05/1999

Lei Complementar 147 - 27/06/2013

Lei Complementar 163 - 31/03/2015

Lei Estadual 10125 - 03/10/2023

TRANSFERE OS VALORES PERCENTUAIS DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 19 E 20 DA LEI N $^{\circ}$  713/83, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1983, PARA O FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -

FETJ. DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE PARCELA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS PARA PAGAMENTO DE REQUISIÇÕES JUDICIAIS DE PAGAMENTO, E DÁ OUTRAS

MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 27 DE JUNHO

DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DISPÕE SOBRE O FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - FETJ, REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 2.524/1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



#### Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão - SIPLAG

Data: 12/08/2024 Hora: 14:16:45 Página:

#### Relatório Legislação e Atribuição por Unidade Orçamentária

Exercício: 2025 UO: 03010

# UO: 03010 Tribunal de Justiça

# PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES =>

Gerir recursos que assegurem o pagamento das despesas com pessoal, encargos sociais e auxílios com pessoal ativo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, observando-se as legislações vigentes, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, a Lei Orçamentária Anual - LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -

Lei Complementar nº 101/2000 - e a Lei que rege as Finanças Públicas - Lei nº 4.320/1964.

#### LEGISLAÇÃO =>

Lei 4320 - 17/03/1964

Constituição da República Federativa do Brasil -

Constituição do Estado do Rio de Janeiro -

Lei Complementar 101 - 04/05/2000

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Título IV - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES - Capítulo III - DO PODER JUDICIÁRIO - Arts.92 a 126

Título IV - DOS PODERES DO ESTADO - Capítulo III - DO PODER JUDICIÁRIO -Arts.151 a 169

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão

fiscal e dá outras providências.



#### Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão - SIPLAG

 Data:
 12/08/2024

 Hora:
 14:53:44

 Página:
 1

# Relatório Legislação e Atribuição por Unidade Orçamentária

Exercício: 2025 UO: 03620

# UO: 03620 Fundo Especial da Escola Magistratura do ERJ

# PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES =>

Contribuir para o fortalecimento da Magistratura Estadual, mediante a promoção da capacitação técnica continuada aos Magistrados do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, bem como oferecer conhecimento avançado aos Bacharéis de Direito interessados no ingresso na carreira da Magistratura.

# LEGISLAÇÃO =>

Lei Estadual 1.395 - 08/12/1988

Lei Estadual 1.624 - 12/03/1990

Lei Estadual 4.578 - 12/07/2005

CRIA A ESCOLA DE MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -

EMERJ

INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO - FUNDO EMERJ

ALTERA OS ARTS. 1º E 3º DA LEI ESTADUAL Nº 1.624/1990